



Seminário Internacional

***Ius Constitutionale Commune* Latino-Americano em Direitos Humanos: A Emergência de um novo Direito Público no século XXI**

Painel 1: Objetivos de um *Ius Constitutionale Commune* Latino-Americano em Direitos Humanos

Armin von Bogdandy (Alemanha)

Diretor do *Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law* (Heidelberg) e Professor de Direito Público na *Goethe-Universität* (Frankfurt/Main); Presidente do Tribunal de Energia Nuclear da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Foi membro do *German Science Council (Wissenschaftsrat)*; Em 2008 recebeu o prêmio *Berlin-Brandenburgian Academy of Sciences Prize*; Membro do *Scientific Committee of the European Union Agency for Fundamental Rights* (2008-2013); Foi *Global Law Professor* na *New York University School of Law* em 2005 e 2009; *Senior Emile Noël Fellow* da *Global Law School of the New York University* (2010-2015).

Rainer Grote (Alemanha)

Advogado e Doutor em Direito pela Universidade de Göttingen; *Master of Laws* pela Universidade de Edimburgo/Escócia; Professor das Universidades de *Paris II*, *Koc Law School-Estambul*, *Bilkent-Ankara*; Investigador no *Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law* (Heidelberg); Coordenador do *Heidelberg Center* para América Latina, Santiago de Chile; Membro da Associação Alemã de Direito Público, de Direito Internacional e de Direito Comparado. Membro da Associação Francesa de Direito Internacional

Mariela Morales Antoniazzi (Venezuela)

Advogada *summa cum laude* da Universidade Católica Andrés Bello de Caracas-Venezuela (UCAB); Magíster Legum (LL.M) pela Universidade de Heidelberg-Alemanha; Referentin para América Latina do *Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law* (Heidelberg); Professora do Programa de Pós Graduação de Direito Constitucional da UCAB; Professora do Programa de Mestrado do *Heidelberg Center* para América Latina (Chile) e do diplomado em Direitos Humanos da PUC-São Paulo; Membro da Associação de Direito Constitucional da Venezuela e da Associação Alemã de investigação sobre América Latina (ADLAF).

Painel 2: Conceitos chaves de um *Ius Constitutionale Commune*

Laurence Burgorgue-Larsen (França)

Professora Catedrática de Direito Público Internacional e Europeu da Universidade Paris I Panthéon Sorbonne; Diretora do “Master Investigación” em Direito Europeu; Vice-diretora do *Institut de Recherche en Droit international et Européen de la Sorbonne* (IREDIES). É professora de Programas de Pós Graduação em várias Universidades europeias e latino-americanas. Juíza do Tribunal Constitucional de Andorra desde Janeiro de 2012.

Co-autora com A. Úbeda de Torres da obra *Les Grandes décisions de la Cour interaméricaine des droits de l’homme* (Bruylant, 2008), traduzida em espanhol como *Las decisiones básicas de las Corte interamericana de los derechos humanos* (Madrid, Civitas-Thomson-Reuters, 2009). Uma versão totalmente atualizada e ampliada foi publicada pela Oxford University Press (*The Inter-American Court of Human Rights. Case Law and Commentary*, 2011).

Rosember Ariza Santamaría (Colômbia)

Advogado, Doutor em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas pela Universidade Externado de Colômbia.

Matthias Hartwig (Alemanha)

Dr. iur. *Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law*, senior research fellow no *Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law*; visiting professor em Trento (Itália); visiting professor na Universidad del Rosario (Bogotá); professor do Heidelberg Centre em Santiago de Chile; e consultor jurídico de diversas Cortes Constitucionais na Europa Central e do Leste.

Painel 3: Desafios essenciais de um *Ius Constitutionale Commune*

Christina Binder (Austria)

Professora assistente do Departamento de Direito Europeu, Internacional e Comparado da Universidade de Viena; Bolsista da APART-scholarship da Austrian Academy of Sciences; membro da plataforma de pesquisa interdisciplinar “*Human Rights in the European Context*”; Visiting fellow do *Max-Planck Institute for Comparative Public Law and International Law* (Heidelberg 2008-2011).

Javier Andres Couso Salas (Chile)

Professor titular da *Universidad Diego Portales* (Chile). Licenciado em Ciências Jurídicas e Sociais, PUC. Advogado. Doutor em Direito, Universidade de Berkeley (EUA). Membro do Comitê Executivo da *Asociación Internacional de Derecho Constitucional*. Membro da diretoria da Corporación de Expansiva-UDP. Dentre seus projetos de pesquisa, destaque: “*Legal culture and the judicialization of politics in Latin America*”, publicado com o mesmo título no Reino Unido em 2010. Participou com o artigo “*Reacciones Institucionales y sociales al ‘Fallo Atala’ en Chile*” em obra coordenada por Armin von Bogdandy, Flavia Piovesan e Mariela Morales Antoniazzi, “*Igualdad y orientación sexual. El Caso Atala de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y su potencial*”, ed Porrúa, Mexico, 2012.

Héctor Fix-Fierro (México)

Investigador titular e atualmente Diretor do Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

Painel 4: *Ius Constitutionale Commune* e Diálogos jurisdicionais em Direitos Humanos

Carlos Ayres Britto (Brasil)

Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Formado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, pós-graduado em Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Direito do Estado e Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP.

Manuel Eduardo Góngora-Mera (Colômbia)

pesquisador de pós-doutorado do *Lateinamerika-Institut (Freie Universität Berlin)* como membro de *desigualdades.net*. Advogado e mestre em Direito Econômico (Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá), mestre em Economia Internacional e Política de Desenvolvimento (*Friedrich-Alexander Universität Erlangen-Nürnberg*) e doutor em Direito Público (*Humboldt Universität zu Berlin*).

Flávia Piovesan (Brasil)

Professora doutora em Direito Constitucional e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora de Direitos Humanos dos Programas de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, da Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha) e da Universidade de Buenos Aires (programa de doutorado – modalidade intensiva); *visiting fellow* do *Human Rights Program* da *Harvard Law School* (1995 e 2000); *visiting fellow* do *Centre for Brazilian Studies* da *University of Oxford* (2005); *visiting fellow* do *Max Planck Institute* (Heidelberg, 2007-2008) e *Humboldt Foundation Georg Forster Research Fellow* no *Max Planck Institute* (Heidelberg - 2009-2011); Membro do *UN High-Level Task Force on the implementation of the right to development* e membro do OAS Working Group para o monitoramento do Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais.

Painel 5: Desafios do *Ius Constitutionale Commune Latino-americano*

Eduardo Ferrer Mac-Gregor (México)

Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Pesquisador do *Instituto de Investigaciones Jurídicas* da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM); Doutor em Direito pela Universidad de Navarra (Espanha), com a tese “La acción constitucional de amparo en México y España. Estudio de derecho comparado.” Cum Laude por unanimidade. Estudos de Especialização em “Direitos Humanos” no *Institut International des Droits de l'Homme*, Estrasburgo, França (1997). Professor da Faculdade de Direito da UNAM e de diversos programas de Mestrado e Doutorado; Presidente fundador do *Instituto Mexicano de Derecho Procesal Constitucional*; Diretor da *Revista Iberoamericana de Derecho Procesal Constitucional*; membro da *International Academy of Comparative Law*; *International Association of Procedural Law*. Entre suas publicações recentes, destaque para: *La justicia constitucional y su internacionalización. ¿Hacia un ius constitutionale commune en América Latina?* (2010); *Construcción y papel de los derechos sociales fundamentales. Hacia un ius constitutionale commune en América Latina* (2011); *Control de convencionalidad, interpretación conforme y diálogo jurisprudencial. Una visión desde América Latina y Europa* (2012).

Humberto Sierra Porto (Colômbia)

Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos; professor catedrático de Direito Constitucional na *Universidad Externado de Colombia*, doutor em Direito Constitucional pela *Universidad Autónoma de Madrid*, especialista em Direito Constitucional e Ciências Políticas pelo *Centro de Estudios Constitucionales de Madrid*. Foi juiz da Corte Constitucional Colombiana (2004 até 1/09/2012); presidente da Corte Constitucional Colombiana (2008-2009). Dentre as publicações acadêmicas, destaque para: "*Reflections on the future of justice in Latin America*", in *Political Institutions and Democracy, Council of State Advisory Board and Civil Service*, Bogotá, 2011. "*The new rights in the Colombian constitutional jurisprudence*" in: *Rights in Latin America: recent judicial trends*, Editorial Complutense, 2011. "*The constitutional jurisdiction of freedom in Colombia*" in: *Constitutional Justice and Fundamental Rights: Strength Standards of the Constitution, Konrad-Adenauer-Stiftung*, 2011.

Roberto Caldas (Brasil)

Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos com mandato entre 2013 e 2018. Foi Juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Direitos Humanos (nos três processos brasileiros desde 2007: Casos (1) Escher, (2) Sétimo Garibaldi e (3) Gomes Lund ou Guerrilha do Araguaia). Advogado, Especialista em Ética e em Direitos Constitucional, do Trabalho, Sociais e Humanos. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, integra a Comissão Permanente de Direito do Trabalho (desde 1993). Membro da Comissão Nacional de Direito e Reforma Trabalhista do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2003 até a atualidade). Membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (2006 a 2012). Conselheiro do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CGU/ Presidência da República (2007 a 2012). Na OAB, foi Conselheiro Federal e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais (2007 a 2010), Coordenador da Coordenação de Combate ao Trabalho Escravo (2010 a 2013), da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Nacional de Direitos Humanos (2004 a 2006),

Encerramento

Marcelo Figueiredo (Brasil)

advogado, consultor jurídico, professor associado de direito constitucional da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), onde foi o diretor reeleito do curso de Direito; Presidente e Fundador da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas- ABCD (seção brasileira do Instituto Iberoamericano de Direito Constitucional); membro do Comitê Executivo da Associação Internacional de Direito Constitucional (IACL-AIDC).